

É PRECISO DESBANCARIZAR O CRÉDITO RURAL

*** Roberto Rodrigues**

É sabido que a origem da maior parte do atual endividamento dos agricultores está nos choques de taxas em planos econômicos. Também ocorreram vícios de concepção ou implementação em diversos programas de crédito rural.

Ultimamente, a vigorosa desvalorização do dólar, coadjuvada por seca e doenças, ensejou a necessidade de prorrogar operações de custeio e investimento que seriam amortizadas com a receita – frustrada – das safras 2004/2005 e 2005/2006, prejudicando o *rating* de produtores junto aos bancos. Alguns também tiveram abaladas as relações comerciais com fornecedores de insumos ou compradores da safra.

O alongamento dessas dívidas e a redução do seu custo de carregamento está na pauta de negociações em curso entre lideranças setoriais e o Governo. Esperemos que as tratativas tenham bom resultado e permitam a superação desse grande empecilho à construção de um sistema mais moderno de financiamento ao setor rural.

O atual modelo de financiamento surgiu no começo dos anos 70, quando foram delineadas as bases das políticas agrícolas brasileiras, e estabelecidos três mecanismos operacionais: o Proagro, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Crédito Rural.

O Proagro, um seguro de crédito, após gerar rombos orçamentários significativos e apresentar “forfaits” constantes nas indenizações, tornou-se desacreditado e pouco utilizado, até que foi resgatado pelo zoneamento agrícola e, recentemente, pela criação de regras razoáveis, que permitiram sua conjugação com o Pronaf.

Por outro lado, nos últimos anos cresceu o volume do seguro de produção, mediante ações como o subsídio aos prêmios, embora haja muito por caminhar neste campo.

A PGPM evoluiu para as opções e os prêmios da CONAB. E a negociação de contratos futuros e de opções torna-se cada vez mais vigorosa na BM&F ou nas bolsas internacionais. E os novos papéis para comercialização vão se firmando.

Enquanto isso, o Crédito Rural subsiste, defasado e distorcido. Sua prática tem hoje pouco a ver com as premissas que nortearam a sua institucionalização: recursos públicos e risco não bancário, como alavanca da produção.

Naquele contexto, eram exeqüíveis procedimentos como o financiamento integral do orçamento, a projeção de receita com base no preço mínimo, o cálculo da capacidade de pagamento considerando juros negativos, a garantia constituída exclusivamente por penhor de safra futura, a prorrogação da dívida em função de frustração de receita, o prazo de espera para a comercialização da produção, etc.

A partir da década de 1980, os financiamentos passaram a ser contratados com risco e recursos dos bancos. E com isso houve mudança da natureza do crédito, de “crédito rural” para “crédito bancário”.

Como o crédito é de risco do agente financeiro, e este usa recursos captados ao público, trata de observar toda a legislação e regulamentação prudenciais aplicáveis à proteção dos capitais dos investidores, classificando o risco do produtor e fazendo provisões de crédito de liquidação duvidosa, estabelecendo limites de crédito, exigindo mais garantias, considerando a prorrogação e os atrasos de pagamento como agravante de risco, e o risco agravado como fator de redução do crédito. Isso pode ser adequado do ponto de vista do sistema financeiro, mas não colabora com objetivos da política agrícola. O crédito não alavanca a atividade sustentavelmente.

As regras de crédito não diferenciam o produtor que teve desvio de conduta daquele que teve a renda prejudicada por um fenômeno climático ou pela política macroeconômica, ou que teve que esperar melhor preço para vender a safra. Todos acabam sendo jogados na mesma máquina de moer carne, ficando sua recuperação inviável, na maior parte das vezes.

O crédito é burocrático, exigindo certidões e registros demorados. Os instrumentos de crédito são confusos e complexos. Predomina o papel impresso, parece que não há Internet.

Por que não um crédito rotativo, pré-aprovado, para o conjunto das atividades do produtor rural, compatível com a sua rotina financeira? É preciso “desbancarizar” o crédito rural e isto seria possível com a criação de uma Agência Pública com as atuais atribuições normativas e fiscalizadoras do BACEN.

Somado com os recursos de investidores externos que virão com o “Grau de Investimento” do País, e com a redução das taxas de juros internas, isso significará a inserção no processo econômico de milhares de produtores, e no direcionamento de mais renda para o interior do Brasil.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**